



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

EDINILZA DE SÁ SOUZA DA SILVA

**POR UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A REALIDADE DO
CAMPO**

URUARÁ-PÁ
AGOSTO, 2020

EDINILZA DE SÁ SOUZA DA SILVA

**POR UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A REALIDADE DO
CAMPO**

ORIENTADOR: PROF. DR. ANDRÉ RIBEIRO DE SANTANA
COORIENTADORA: PROF^a. DRA. CARLA GIOVANA SOUZA ROCHA

URUARÁ-PARÁ
AGOSTO, 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586u SILVA, EDINILZA DE SÁ SOUZA DA
Por um projeto político pedagógico para a realidade do campo
/ EDINILZA DE SÁ SOUZA DA SILVA. — 2020.
25 f.

Orientador(a): Prof. Dr. André Ribeiro de Santana
Coorientação: Prof^a. Dra. Carla Giovana Souza Rocha
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade
de

Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira,
Universidade Federal do Pará, Altamira, 2020.

1. Educação do campo. 2. Identidade camponesa. I. Título.

CDD 370

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe, Odília Gonçalves de Sa Martins, que sempre se mostrou cuidadosa em todos os momentos de minha vida.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas a agradecer... Como é bom poder contar com alguém! Isso nos torna mais fortes, corajosa e amada. Enfim, me faz acreditar na vida e confiar que tudo é possível!

Agradeço a Deus primeiramente, por ser presença constante em minha vida, pois acredito que Ele tem providenciado o melhor em minha vida

Agradeço a Odilia Gonçalves de Sa Martins por estar sempre disposta a me ajudar nos momentos em que foi solicitada. Pessoa que idealizou comigo o ingresso na faculdade de Educação do Campo a UFPA. Muito obrigada mãe.

Agradeço ao meu orientador, professor André Ribeiro de Santana por sua valiosa contribuição neste artigo mostrando-se sempre dedicado. Muito obrigada professor.

Agradeço a professora Carla Giovana Souza Rocha por sua valiosa contribuição neste artigo mostrando-se sempre dedicada e atenta. Muito obrigada professora.

EPÍGRAFE

A mudança do mundo implica a dialeção entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo o nosso sonho. E a partir deste saber fundamental: mudar é difícil, mas é possível que vamos programar nossa ação política pedagógica (FREIRE, 1997, p.88)

POR UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA A REALIDADE DO CAMPO

Edinilza de Sá Souza da Silva

(Orientador) André Ribeiro de Santana

(Coorientadora) Carla Giovana Souza Rocha

RESUMO

O tema central é a construção de projetos políticos pedagógicos das escolas do campo e como as escolas anexas e nucleadas são retratadas no PPP da escola polo localizada na sede do município. A pesquisa teve como objetivo geral discutir como um projeto político pedagógico das escolas polo considera a realidade camponesa dos estudantes e das escolas anexas de área rural. Trata-se de pesquisa documental de análise dos PPP's da Escola de ensino fundamental Os Migrantes e da Escola de Ensino Fundamental e Médio Melvin Jones. Os PPP's analisados não consideram as famílias do campo no processo de elaboração, no contexto apresentado, no currículo e na gestão, não contribuindo para a constituição da identidade da escola do campo. No entanto, é de grande importância a construção de um projeto político pedagógico que dialogue com a visão de Educação do Campo, pois o mesmo tem influência na formação de identidade das escolas do campo. Além disso, entende-se que a Educação do Campo, enquanto concepção política e pedagógica, precisa ser mais discutida no âmbito escolar para efetivação de um projeto político pedagógico em que os sujeitos do campo se identifiquem.

Palavras- chave: Educação do Campo; Identidade; Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 METODOLOGIA	10
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	12
3.1 FUNDAMENTOS LEGAIS	12
3.2 OS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS: COMO O MEIO RURAL E OS AGRICULTORES SÃO RETRATADOS	14
3.3 PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS: ASPECTOS CURRICULARES E DE GESTÃO	17
3.4 A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO COLETIVA PARA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP) na escola do campo. Para mim, essa discussão começou a despertar interesse a partir das atividades da disciplina do Tempo Comunidade III do curso de Licenciatura em Educação do Campo, realizado na escola Boa Vista, localizada na Vicinal 155 sul, município de Uruará, Pará. A pesquisa do Tempo Comunidade III teve como um dos seus temas a questão do PPP na escola do campo. É sobre o PPP que versam os objetivos que desejo alcançar, as metas a cumprir e os desafios para realizações futuras na comunidade rural a que pertença.

A licenciatura em Educação do Campo ainda é pouco conhecida, pois sua implementação tem pouco mais de duas décadas, nascida das lutas dos movimentos sociais em prol de uma educação diferenciada e de qualidade, e para alcançar tal feito, insere na luta a formação de professores que sejam capazes de fortalecerem os vínculos entre escola e comunidade.

Eu consegui ingressar na Universidade Federal do Pará através de um processo seletivo que foi realizado na cidade de Altamira e nesta oportunidade, ingressei no nível superior, apesar de ser bem concorrido, com apenas 40 vagas para o município de Uruará. Desde então, me dedico ao estudo, apesar das minhas dificuldades, eu tenho persistência e insistência, pois a população do campo, geralmente, não tem condições de pagar universidade para seus filhos.

Por ser um curso que utiliza a metodologia da pedagogia da alternância, na qual o aluno estuda as teorias e práticas durante a etapa presencial de aulas, chamado de Tempo Universidade (TU), e, ao término dessa etapa, os alunos voltam para a comunidade onde moram e realizam diversas atividades de pesquisa educacionais no período chamado de Tempo Comunidade (TC), como a realização de seminário de restituição e os estágios supervisionados. Quando os alunos retornam à sua comunidade de origem os mesmos levam questionários e roteiros, construídos no decorrer do TU para proceder as suas atividades. No primeiro Tempo Comunidade foi pesquisado sobre o contexto socioeconômico da comunidade e a história contada pelos moradores mais antigos, a história da escola da comunidade, sobre as famílias, as base das refeições, sobre a caça, as plantas medicinais, etc. Sendo que cada Tempo Comunidade, tem seus

objetivos e instrumentos diferenciados. Foi a partir dessas pesquisas e da observação que aprendi a compreender, o que até então sabia apenas ver. A partir da necessidade de observar foi possível enxergar além da realidade do que se vive no cotidiano. No quarto Tempo Comunidade houve o momento que realizamos um seminário com a participação dos moradores, e foi um espaço que tiramos para discussão de questão do nosso interesse, ou seja, sobre a escola, aspectos pedagógicos e da organização comunitária.

Este foi um momento de grande relevância, pois, nos aproximou das pessoas e nos fez crescer juntos. Foi quando percebi as consequências da ausência do PPP na escola do campo. Sabe-se que é um documento que é a base do planejamento da mesma, no qual se define desde os conteúdos a ensinar na sala de aula até como lidar com certas situações da gestão escolar.

O PPP é a organização do trabalho pedagógico da escola, tem como objetivo buscar a melhoria da qualidade do ensino. Quando o PPP é elaborado coletivamente, determinando o que se quer como fins e como meios, pode auxiliar na formação dos profissionais da Educação com qualidade, ajudar o processo de uma gestão democrática no interior da escola, possibilitando organização do trabalho pedagógico e, oportunizar a reflexão sobre a sua intencionalidade educativa. O projeto busca uma direção, uma ação, um compromisso, coletivamente, como apresentam autores como Libâneo (2004).

O planejamento é um processo contínuo de conhecimento e análise da realidade escolar em suas condições concretas, busca de alternativas para a solução de problema e de tomadas de decisões, possibilitando a revisão dos planos e projetos, a correção no rumo das ações. (LIBÂNEO, 2004, p.150)

Assim, aprofundar os estudos sobre PPP foi um desejo próprio e ao mesmo tempo uma necessidade que eu senti, por considerar que a minha comunidade da Escola Boa Vista está sendo prejudicada por não ter um PPP próprio. Assim, visto uma perspectiva de melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem na escola do campo por meio da construção coletiva do PPP.

Deste modo, percebe-se a necessidade de criar espaços de diálogo nas instituições escolares do campo, que fortaleçam a importância da construção de um projeto político pedagógico articulado com a concepção de educação do campo, por meio do estudo, pesquisa e o desenvolvimento de atividades práticas, já que grande

parte dos educadores e gestores que atuam nas instituições escolares do campo é fruto do modelo de formação centrada na perspectiva urbanocêntrica.

Observei na pesquisa do tempo comunidade que a escola Boa Vista não tem PPP e a mesma está contida no PPP de uma escola da cidade. Essa é uma das características de uma escola anexa, os estudantes são considerados como da escola sede ou polo, e a escola da comunidade rural (utilizada em sua estrutura física) fica como paralisada, anexada ou nucleada. Existem resoluções específicas em nível estadual ou municipal de autorização para o funcionamento do ensino fundamental do 1º ao 9º ano de uma escola sede e suas anexas. Esse é o mecanismo para garantir o funcionamento de muitas escolas de uma comunidade rurais. Outra forma é fazer a nucleação: o fechamento de escolas, trazendo diariamente os estudantes do campo para estudarem nas escolas das cidades ou nas escolas polos.

Em todas as escolas denominadas como anexa ou nucleada, a sua gestão oficial é realizada por escolas denominadas de polo, geralmente, da sede do município de Uruará, e assim, o PPP da escola polo, a princípio, deveria contemplar essa realidade.

O PPP, trata-se de um documento que norteia as bases de ações da instituição escolar, de vital importância para o planejamento educacional. Assim, faço a seguinte pergunta: como as escolas anexas e nucleadas são retratadas no PPP da escola polo, localizada na sede do município?

O objetivo geral é discutir como dois PPP das escolas-polo consideraram a realidade camponesa de seus estudantes e das turmas das escolas anexas do campo. E os objetivos específicos são: a) apresentar os fundamentos legais que instituem o projeto político pedagógico das escolas; b) apresentar como as realidades camponesa e da escola do campo são retratadas nos projetos político pedagógico das escolas Os Migrantes e Melvin Jones; c) verificar como a questão curricular e de gestão contemplam a realidade das escolas anexas do campo; d) discutir sobre a importância da participação coletiva na construção do PPP.

2 METODOLOGIA

Como metodologia foi adotada a pesquisa documental que terá como base a análise dos Projetos Político Pedagógicos da Escola Os Migrantes (a qual a Escola Boa

Vista está nucleada) e da Escola Melvin Jones, que atendem a diversas localidades rurais do município, assim como, mantém turmas de escolas anexas ou nucleadas na área rural do mesmo. Também foram utilizados dados de relatórios e observações feitas nos tempos comunidades do curso de Licenciatura em Educação do Campo, além de pesquisa bibliográfica. Para Minayo, a metodologia de pesquisa é: “Conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática (MINAYO,2002, p.16)”

Entende-se que pesquisa social é constituída por métodos usados por cientistas para entender o comportamento das pessoas na sociedade. Então, “é um conjunto de elementos básicos da ciência para criação e construção da realidade. E os métodos são qualitativos, pois, baseiam em comunicação e na observação direta, nas análises dos textos que foram lidos” (MINAYO, 2002, p.17)

O texto de Minayo (2002) trata sobre o caráter qualitativo das ciências sociais e da metodologia que se deve aplicar para reconstruir, de forma teórica, os seus significados. A autora continua falando que a metodologia é a junção de conteúdo, pensamentos (do investigador) e existências, e que a teoria e o método andam de mãos dadas, mas, a postura criativa do pesquisador é fundamental na elaboração de uma pesquisa. Gil também oferece o seu conceito de pesquisa.

A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados (GIL, 2002, p.17)

Gil (2002, p. 45-46) explica que a pesquisa documental difere da pesquisa bibliográfica porque “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo como objeto de pesquisa”, enquanto que a bibliográfica se “utiliza das contribuições de diversos autores sobre um determinado assunto”. Assim, as fontes da pesquisa documental são documentos conservados em arquivos públicos e privados, como relatórios, projetos, séries de informações, diários, imagens, etc.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O tópico resultados e discussão terá um primeiro momento sobre os fundamentos legais que instituíram o projeto político pedagógico como elemento de planejamento e gestão das escolas, obrigatório e construído pela comunidade acadêmica. Logo após, serão apresentados os pontos centrais dos PPP's das escolas e sua análise sobre a identidade camponesa e os aspectos curriculares e de gestão existentes nos documentos analisados, e por último, o tópico sobre o processo de construção para elaboração de um PPP.

3.1 FUNDAMENTOS LEGAIS

O projeto político pedagógico nasceu após a Constituição de 88, para dar autonomia às escolas na elaboração da sua própria identidade. Este projeto é referencial de qualquer instituição de ensino. Regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96, sancionada em dezembro do mesmo ano possui 92 artigos voltados para a educação. Ou seja, o marco do Projeto Político Pedagógico é a LDB, que intensifica a elaboração e autonomia da construção de projeto diferenciados de acordo com as necessidades de cada instituição.

O artigo 12, inciso I da LDB diz: "Os estabelecimentos de ensino respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica".

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determinou todas as instituições de ensino precisam ter um PPP.

Diante disso, o PPP que segue a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 12 estabelece as seguintes normas de ensino:

- I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aulas estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V – prover meios para a recuperação dos alunos de meios rendimentos;
- VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processo de integração da sociedade com a escola;
- VII – informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VIII – notificar ao conselho tutelar do município, ao juiz competente da comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido por lei.

Diante desta circunstância a escola assumirá um papel de mediadora do conhecimento onde todos inseridos num processo contínuo de ensino-aprendizado fazendo acontecer na prática a interação do conhecimento com o meio.

O Governo do Estado do Pará, representado pelo Conselho Estadual de Educação, por meio da Resolução N°390 de 22 de dezembro de 2010, usando de suas atribuições, e em consonância com o disposto na Resolução n°173/10 CEE/PA, aprovou o Regimento Escolar e Estrutura Curricular Unificados para Rede Municipal de Ensino de Uruará/PA. Nessa resolução foi definido no artigo 39° e 40° que o PPP:

[...] constitui-se num instrumento de planejamento, elaborado pela comunidade escolar e deverá conter os pressupostos filosóficos, a linha pedagógica e metodológica e as ações básicas a serem desenvolvidas pelas unidades de ensino, visando à melhoria da educação.

Art.40 A unidade de ensino elaborará o seu projeto pedagógico, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, devendo encaminhá-lo à Secretaria Municipal de Educação de Educação no início do ano letivo.

A resolução n° 001 de 05 de janeiro de 2010 do Conselho Estadual de Educação, no capítulo IX da Educação do Campo, institui no artigo 96:

A oferta de Educação Básica para a população rural, em suas variadas formas de produção da vida – agricultor familiares, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros – no Sistema Estadual de Ensino do Pará deverá ser Promovida mediante a implementação das adaptações necessário à sua adequação as peculiaridades da vida rural e de cada região do Estado, especialmente:

- I. Conteúdo curriculares e metodologias apropriadas as reais necessidade e interesses dos alunos no meios rural;
- II. Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;
- III. Adequação à natureza do trabalho no meio rural.

Essa resolução 001/2010 permite: “a organização de experiências pedagógicas, admitindo-se, para a Educação do Campo, a utilização de metodologias e duração diferenciadas, desde que aprovadas pelos Conselho Estadual de Educação”, inclusive da Pedagogia da Alternância.

No Art. 98 dessa resolução também explicita que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação as questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuro, na rede de ciências e tecnologias disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projeto que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Também essa resolução 001/2010, indica:

Art. 103. As escolas do campo, na concepção de suas propostas pedagógicas, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais em vigor, deverão observar:

I. articulação entre a proposta pedagógica da Instituição e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a respectiva etapa da Educação Básica ou Profissional;

II. direcionamento das atividades curriculares e pedagógicas para um projeto de desenvolvimento sustentável e de valorização do patrimônio histórico-cultural dos grupos étnicos que compõem a população brasileira;

III. avaliação institucional da proposta e de seus impactos sobre a qualidade da vida individual e coletiva;

IV. controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade do campo.

V. as demandas provenientes dos movimentos sociais.

A seguir serão analisadas os PPP's das escolas Os Migrantes e Melvin Jones e discutido como pode ser alterado visando a construção de um PPP que considere a realidade das comunidades camponesas e dos estudantes a elas vinculados.

3.2 OS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS: COMO O MEIO RURAL E OS AGRICULTORES SÃO RETRATADOS

Ambas as escolas estão situadas na sede do município. A Escola Melvin Jones no centro da cidade e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Os Migrantes está situada na Br 230, Rodovia Transamazônica, Km 175-faixa, a cinco quilômetros do centro de Uruará, conforme consta em seus respectivos PPP. Na apresentação do PPP já deveria fazer referência que apesar de sua localização na cidade, tem turmas na área rural, e que o PPP integraria essa realidade.

O PPP da Escola Melvin Jones foi elaborado em 2017 e nele consta que o público que atende é “advindo de todos os bairros inclusive da periferia e da zona rural

do município. Os alunos pertencem a várias classes sociais” (PPP M. JONES, 2017, p. 6). E O PPP do Os Migrantes especifica “atende do 1º ano ao 9º ano. Uma clientela de **622** alunos, sendo que 468 são da própria Escola e os demais são das Escolas anexas na Zona Rural (PPP Migrantes, 2019, p. 12). Considerando a abrangência e diversidade do público atendido, o PPP deveria ter feito o diagnóstico para ver o perfil dos alunos e também de suas famílias e incluindo as que são do campo.

Outra questão que foi observada nos PPP’s é como esses caracterizam as atividades econômicas do município. O da Melvin Jones apenas indica que: “os recursos econômicos predominantes são a agricultura, a pecuária, o comércio local e extração de madeira” (p. 6). Enquanto que o PPP do Os Migrantes apresenta que:

São filhos de pais com pouca escolarização e empregos de mão-de-obra não qualificada; renda familiar em média de um a três salários mínimos; moram em casa pequenas e de aluguel; como meio de comunicação, utilizam-se do rádio e televisão; 95% utilizam-se do sistema público de saúde. (p. 10).

Nenhum dos dois trazem dados e suas fontes, o que deveria era terem feito um diagnóstico socioeconômico dos alunos e suas famílias que vivem no campo, e da cidade, e uma contextualização do município, com dados secundários e outras fontes bibliográficas.

Outra questão feita para análise dos PPP’s foi: Como o público do campo é caracterizado pelo PPP? No item do educando do PPP da Melvin Jones, não faz referência ao aluno do campo, e diz: “A maioria das crianças da zona urbana que frequentam esta instituição de ensino é oriunda de famílias de classe baixa e classe média” (p.15). Ou seja, não se tem um diagnóstico nem do aluno da cidade.

Já no PPP da escola Os Migrantes, no item do educando, não faz referência ao aluno do campo, e diz:

Esse quadro também se apresenta em nosso contexto, pois em sua grande maioria, também encontramos casos de famílias com baixo poder aquisitivo, ausência de infraestrutura, presença de subempregos, falta de segurança, precariedade dos serviços públicos oferecidos à população, baixo grau de instrução e pouco acesso à cultura, causando um certo desestímulo nos nossos educandos. A análise dessa realidade revelou-nos que parte dos alunos apresentam (p. 9).

O planejar sempre foi uma questão importante para a organização da ação humana, em qualquer ramo da vida. Na sociedade, em casa, na comunidade e também na escola. Planejar torna possível ajustar o que queremos a curto, médio e longo prazo; antecipar situações; organizar as atividades; estabelecer prioridades, e avaliar.

Com a disseminação das práticas de gestão, foi-se consolidando o entendimento de que projeto pedagógico deveria ser pensado, discutido e formulado coletivamente, também como forma de construção da autonomia da escola, por meio da qual toda a equipe é envolvida nos processos de tomada de decisões sobre aspectos da organização escolar e pedagógica-curricular[...] (LIBÂNEO, 2012, p. 483 apud SANTOS, 2013, p.18).

O projeto político pedagógico como prática social se constitui historicamente, naquilo que os educadores produzem na escola como expressão de suas escolhas alternativas diante das contradições encontradas.

O PPP só será realmente um direito e um dever quando os envolvidos nesse processo estiverem cientes de que fazem parte dele, acreditando na sua importância. É importante considerar o PPP como um instrumento valioso para assegurar não só o sucesso da aprendizagem, mas uma escola prazerosa com um ensino de qualidade. O projeto deve ser ajustado para o seu meio que é o campo por que nela encontramos sala de aula lotada de alunos de multisseriado que precisam ter suas especificidades respeitadas. Seus valores, seus costumes, suas tradições, encontramos uma variedade de forma de trabalho com a educação do campo, porém o que vejo muito é falta de organização. falta de uma política pública voltada para uma educação de qualidade, falta de interesse deste profissionais da educação com a comunidade para realização do PPP. Um posicionamento em relação a comunidade. Por que digo isso? Porque é um documento, uma lei que ampara a escola que é uma instituição. Onde podem desenvolver pessoas sensíveis, éticas, capazes de conhecer o mundo e que possam escolher onde e como viver, e garantir o direito de uma educação de qualidade.

A educação do campo deve proporcionar um ensino voltado para a realidade dos seus alunos no meio rural para viverem sem ter a preocupação de sair do campo por falta de acesso à educação no local de moradia e, muitas das vezes devido ao fechamento das escolas. A comunidade pode agir para a educação ser inclusiva. E se beneficiar dela, valorizando a sua cultura e seus saberes, o modo de vida dos habitantes do campo, e é por isso que se destaca a importância de ter uma escola que atenda as reais necessidades dessa população.

3.3 PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS: ASPECTOS CURRICULARES E DE GESTÃO

Em relação à educação, foi buscado no PPP os objetivos almejados. A Escola Melvin Jones escreveu que o objetivo educacional é:

“Promover a qualidade do ensino, mantendo a integração entre escola e comunidade proporcionando ao educando desenvolvimento intelectual, social e afetivo, contribuindo com a inclusão social, exercício consciente da cidadania e a construção de uma cultura de paz” (p. 28).

E a Escola Os Migrantes diz que tem como objetivos:

Promover uma educação participativa entre docente, discente e comunidade escolar, possivelmente a construção dos saberes por meio do ensino de igualdade, da verdade e do respeito, despertando assim o senso crítico e social dos alunos. Objetivos Específicos: Garantir um ensino de qualidade; Buscar integração entre escola e comunidade; Oportunizar aos nossos alunos a manifestação de suas ideias aproveitam as experiências adquiridas fora do âmbito escolar; Despertar com o aprendizado do educando; Planejar as ações a serem desenvolvidas na instituição escolar a fim de evitar o improvisos (p. 19).

Nos dois PPP's o objetivo previsto é o de promover uma educação de qualidade.

No item do educando não faz referências sobre escolas anexas, apenas diz: “O educando que queremos diante da sociedade em que vivemos é um sujeito de direitos e deveres, ativo e competente, com poder de criação e imaginação (p.14- 15).

Na Escola Os Migrantes, no item do educando não diz nada sobre as localidades nas quais os alunos residem, mas diz os nomes das escolas anexas, localizadas nas áreas rurais. As escolas referidas são: E. M. E. F. Alvorada, Jorge Amado, Monte Sinai, Nossa Senhora de Fátima, Paraíso e São Francisco Xavier.

Entretanto, a elaboração de PPP tem como etapa inicial a apresentação da realidade e do contexto socioeconômico, ambiental, por meio da realização do diagnóstico, para pontuar o perfil dos alunos e também de suas famílias, incluindo as que estavam no campo. Apesar do PPP da Melvin Jones reforçar que o ensino deve ter como referência a realidade do aluno.

A Escola como instituição social, deve possibilitar o crescimento humano nas relações interpessoais, bem como propiciar a apropriação do conhecimento historicamente elaborado, promovendo desafios para efetiva participação e engajamento de todos envolvidos com o processo de aprendizagem para seu fim único, a valorização pessoal e humana. Tendo como referência a realidade do aluno (PPP MELVIN JONES, p. 25).

Mas, como fazer essa formação se a própria escola desconhece o contexto dos alunos?

A questão do transporte escolar também é central para o deslocamento dos estudantes da área rural, e por isso, foi analisado o que constava no PPP sobre transporte escolar para as populações rurais.

No item do educando do PPP da Melvin Jones não faz referência sobre transporte. Apenas diz: “Esta escola está situada no centro da cidade de Uruará e atende a um público advindo de todos os bairros inclusive da periferia e da zona rural do município” (p. 6).

Já no Os Migrantes, no item do educando não faz menção ao transporte escolar rural e apenas fala sobre a realidade de professores e funcionários, as dificuldades dos mesmos e as situações sociais excludentes que a comunidade acadêmica está inserida:

Quanto aos professores e funcionários que, na maioria moram nas proximidades da escola, podemos dizer, que boa parte deles sofrem também com as dificuldades de infraestrutura, baixa renda familiar, falta de segurança, precariedade dos serviços públicos oferecidos à população e difícil acesso às diversas formas de lazer e cultura. Assim, temos refletido dentro da escola, por meio das ações dos alunos, professores e funcionários, toda a situação social excludente na qual estão inseridos (p. 10).

Também fica evidenciado nesses documentos a falta do diagnóstico que antecede ao planejamento escolar via o PPP.

Outra interrogação feita ao ler os PPP's foi: como a gestão escolar das escolas anexas/nucleadas estão apresentadas no PPP?

No PPP da Escola Melvin Jones não aparece nada sobre a gestão das escolas anexas ou nucleadas. No PPP dessa escola consta no quadro de funcionários o supervisor da zona rural, sem apresentar a função e como atua (p. 21).

Em relação ao PPP da escola Os Migrantes, também é citado no quadro de funcionários a presença do supervisor da zona rural, e da mesma forma não define como atua e a função do cargo (p. 17).

É preciso problematizar isso, pois fica evidente que não há nenhum acompanhamento por parte da gestão a essas escolas.

A gestão escolar tem que constar, fazendo o diagnóstico para que juntamente com a comunidade se possa construir um PPP da forma que deveria ser para aquela comunidade.

Outra questão elaborada para verificar como consta nos PPP's foi: Como a organização curricular considera a realidade dos estudantes do campo?

Não foi verificado nada sobre a organização curricular para uma escola do campo, e no da Melvin Jones diz:

A composição curricular buscará a articulação entre os vários aspectos da vida cidadã, incluindo a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o meio ambiente, o trabalho, a ciência e tecnologia, a cultura, a linguagem e as áreas de conhecimento, quais sejam: língua portuguesa, língua estrangeira (inglês, espanhol), matemática, ciências (química, física, biologia), geografia, história, educação artística, informática, educação física, sociologia e filosofia (p. 25).

No item do PPP da Os Migrantes não especifica nada sobre a realidade do campo, e explica que:

Quando compreendemos o Currículo escolar como o planejamento das ações escolares que possibilitarão ao educando uma real compreensão das necessidades sociais e das diversas possibilidades de conhecimentos, estamos direcionando estas atividades para que este educando possa explorar ao máximo os seus poderes de comunicação; as suas aptidões e capacidades para seguir a vida social e econômica da nossa sociedade, bem como exercitar o seu papel de cidadão (p. 23-24).

Se tivesse um olhar para as necessidades curriculares das famílias da área rural poderia ser estabelecido conteúdo específico que considerasse as questões históricas, de produção, da economia, assim como, questões ambientais e sociais diretamente ligadas ao contexto agropecuário municipal e regional. Sem esse diagnóstico regional e a participação das pessoas o ato de planejar fica sem sentido, transformando-se em uma formalidade.

Sem planejamento a escola fica desorganizada, acéfala, caótica e se constitui como um espaço onde cada pessoa faz o que quer, quando quer e da maneira que quer ou pode. A escola desorganizada, sem planejamento é amontoado de pessoas desorientadas (SILVA, s.d., p. 5)

O currículo deveria considerar a participação dos alunos, serem incluídos suas histórias, valorizar e respeitar os seus saberes, as suas culturas, costumes e crenças.

3.4 A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO COLETIVA PARA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

No PPP da Escola Melvin Jones não há referência sobre quem participou da sua elaboração. Apenas traz a relação (nominal) dos professores, diretora, vigia, servente, orientador, cuidador, vice-diretora e supervisora da zona rural.

No PPP da Escola Os Migrantes não indica quem o elaborou, e fala do Conselho escolar como órgão colegiado que avalia o cumprimento do projeto:

Delibera sobre questões político-pedagógico, administrativas, financeiras da escola; assessora e analisa as questões encaminhadas pelos diferentes segmentos da escola; apresenta soluções alternativas; acompanha a execução das atividades pedagógicas, administrativas e financeiras; assume uma função supervisora que supera a concepção fiscalizadora e avalia o cumprimento do projeto político-pedagógico; mobiliza os segmentos representativos da escola e da comunidade local para a efetivação de melhoria da qualidade social do processo educativo e da própria gestão democrática (PPP Migrantes, 2019, p. 15,16)

A construção do PPP visa integrar a comunidade escolar e local num processo educativo contínuo, de forma cooperativa e participativa dos princípios da gestão democrática (LIBÂNEO, 2004).

Para a formação e elaboração do projeto deve-se estar atento para as discussões e reflexões em grupo, é preciso acordo para se pensar em estratégia, em uma metodologia de trabalho e definir os caminhos traçados no projeto político pedagógico e que sirva para ser usada no dia a dia em sala de aula (LIBÂNEO, 2004).

Segundo Libâneo (2004, p. 56), o PPP “é um documento que detalha objetivo, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvidos na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar”. Picoli e Carvalho também reforçam a importância do PPP para definição do currículo.

A relevância deste tema se dá, por ser o Projeto Político Pedagógico o documento base dos trabalhos escolares, cujo elemento primordial é o currículo. Ele precisa ser conhecido, discutido, reformulado, sempre em consonância com as políticas públicas educacionais vigentes, o período histórico vivido, as manifestações culturais presentes na comunidade, e principalmente os conhecimentos científicos historicamente produzidos pela humanidade, sem perder de vista a análise crítica da realidade que se manifesta a nível micro – na instituição escolar, mas que é reflexo da realidade globalizada. Conhecida, e compreendida a sua importância, o Projeto Político Pedagógico deixará de ser um documento de gaveta para tornar-se um instrumento de emancipação, em que os conhecimentos nele

contidos e defendidos pela comunidade escolar terão maior probabilidade de serem ensinados e aprendidos, possibilitando assim, que a escola cumpra seu papel social (PICOLI; CARVALHO, s.d., p.04).

O PPP é um documento que reflete a realidade da escola, por isso não pode ser forçado, tem que ser algo que seja acordado por todos, para assim o mesmo sair da gaveta e ser comprovante de emancipação da instituição escolar, porque o projeto reflete como a escola é.

Assim, a escola poderá continuar tendo autonomia para reescrevê-lo quando sentir necessidade, de modifica-lo quando perceber, durante a prática e execução do mesmo que há necessidade de redimensionar metas, prazos ou mesmo, estabelecer novos rumos (LONGHI; BENTO, 2006, p. 178).

Mas, o que se observa nos PPC avaliados foi que os PPP's deveriam detalhar as informações sobre a identidade das escolas anexas e dos estudantes camponeses ou que morem nas áreas rurais, que passam por situações de vida e de produção diferenciadas dos da cidade, assim como, podem ter perspectivas e visões bem diferentes para pensar o currículo.

Por outro lado, o planejamento político pedagógico deveria descrever a estrutura das escolas, tanto em relação aos espaços físicos como sala de aula, quadra poliesportivas e biblioteca quanto às tecnologias e os recursos disponíveis para as comunidades escolares das escolas anexas. É de fundamental importância que o PPP detalhe as características populacionais da comunidade escolar como um todo. Quem são os alunos atendidos? Qual a faixa etária e qual a renda média das famílias? Qual a comunidade desses alunos?

Segundo as observações realizadas em atividades de pesquisa e de estágios supervisionados nas escolas, o campo é sempre visto com inferioridade, e muitas vezes, o que sobra da cidade é levado para a escola de lá, até na merenda foi visto isso. Os livros didáticos não são enviados para as escolas anexas.

A participação coletiva para construção do PPP é primordial, e a inclusão das famílias e estudantes camponeses deve ser planejada, pois depende de mobilização específica.

A construção será possível por meio das discussões e reuniões que envolva toda a comunidade escolar, ou seja entre equipe, alunos e familiares. Desta forma deve estar focando a melhoria da prática educativa, transformando ideias e concepção em movimento de ação importante e fundamentais para o processo de construção de uma gestão democrática (LONGHI; BENTO, 2006, p.174).

Assim, fica evidente que é fundamental que os professores, os alunos, a comunidade se envolvam com a elaboração do projeto político pedagógico. Com esse comprometimento, trazem para debate sua perspectiva para educação, cobrando o desempenho para serem cumpridos os objetivos para melhoria da qualidade do ensino e do aprendizado.

O PPP é muito parecido com uma organização de uma casa, necessitando a contribuição de todos que mora nela, pois é preciso ouvir com cuidado, elaborá-lo com dedicação e ter sempre a harmonia das pessoas que ali residem.

Nesta perspectiva, Carvalho, Pinheiro e Guedes (2004, p. 3094) nos dizem:

Portanto, para que a construção do projeto político-pedagógico seja possível, é imprescindível propiciar momentos para que professores, equipe pedagógica, funcionários e a comunidade em geral sintam-se capazes de refletir sobre os problemas e necessidades que a escola enfrenta, pois assim haverá uma sintonia quanto ao seu papel na construção de cidadãos críticos e autônomos capazes de interagir em diferentes contextos sociais.

Para um bom projeto político pedagógico seria importante contar o histórico da escola-sede e das anexas, contar o histórico das comunidades e das famílias e, assim, realizar uma caracterização social e cultural, tanto do território urbano como rural. E assim, promovendo o fortalecimento da identidade escolar, refletindo suas particularidades e desafios. O aprendizado na escola ajuda o aluno a vencer os desafios perante a sociedade. Assim, vejo que a definição dessa identidade é um elemento fundamental no planejamento das instituições escolares, e para isso, as comunidades precisam estar inseridas.

A gestão democrática deve levar em consideração alguns fatores como princípio democráticos, onde se destacam a participação, a autonomia, transparência e o pluralismo de ideias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo é possível entender que a construção coletiva do projeto político pedagógico para a escola é de suma importância, porque o mesmo é norteador do currículo, das práticas e metodologia escolares.

Mais do que um projeto, é um sistema político e pedagógico, é uma união com democracia. A escola pública é do Estado e não do governo, pois, supera os limites específicos de um governo.

Portanto, para que a construção do PPP seja possível é necessário oportunizar momentos com professores, com a equipe pedagógica, funcionários e a comunidade em geral, para que se sintam capazes de refletir sobre os problemas e as necessidades que enfrentam.

Os resultados da análise dos PPP's mostram que os mesmos não atendem as necessidades das comunidades escolares vinculadas a cada escola-polo. Diante das circunstâncias temos que modificar essa realidade imposta para comunidade escolar e não podemos continuar a reproduzir algo que não possibilite uma gestão democrática e a participação das comunidades na definição dos rumos da educação no município.

Vale a pena discorrer que todos os objetivos traçados foram alcançados.

Durante esse período foi gratificante e de muito aprendizado e também pensei em desistir por medo de não dar conta de escrever. E quero juntamente com a minha comunidade projetar um PPP que venha atender a realidade daquela localidade, e este trabalho de conclusão de curso quero que seja um alicerce para minha caminhada educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. N° 9393/96.

CARVALHO, Teresa R. S. S; PINHEIRO, Priscila O.; GUEDES, Neide C. A importância do coletivo na construção do projeto político pedagógico. In: **XI Congresso Nacional de Educação**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 23 a 26 de setembro de 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

LONGHI, Simone R. P.; BENTO, Karla Lucia. Projeto Político Pedagógico: Uma Construção coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**. V.3, n. 9, jul dez/ 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**. Editora Vozes: Petrópolis, 2002.

PICOLI, Elaine S. A.; CARVALHO, Elma J. G. de. **Projeto político pedagógico: uma construção “coletiva”?** Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/218-4.pdf>. Acessado em 05 de agosto de 2020.

PARÁ.CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Resolução N° 001 de 05 de janeiro de 2010.

PARÁ.CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Resolução N° 390 de 22 de dezembro de 2010.

SANTOS, Julia Gabrieli Schmidt. **O projeto político pedagógico como ferramenta da gestão escolar democrática**. Especialização em Gestão Educacional: Universidade Federal de Santa Maria. 2013 (monografia).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE URUARÁ. **Projeto Político Pedagógico da Escola Os Migrantes**. Uruará: SEMED, 2018. 37p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE URUARÁ. **Projeto Político Pedagógico da Escola Melvin Jones**. Uruará: SEMED/SEDUC, 2017. 43 p.

SILVA, Adnilson José da. **Fundamentos para gestão do projeto político pedagógico**. Curso de Especialização em Gestão Escolar, Unicentro. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/576/5/SILVA%2C%20Adnilson%20Jos%C3%A9%20da.%20Fundamentos%20para%20a%20gest%C3%A3o%20do%20PPP.pdf>. Acessado em 05 de agosto de 2020.

SILVA, Edinilza de Sá Souza. III Tempo Comunidade. Uruará: Universidade Federal do Pará abril, 2018 (**Relatório do Curso de Educação do Campo**.)

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria G.de (org.). **Escola: Espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, SP: Papirus, 1998.